

Planejamento e agentes urbanos no Brasil

Planning and urban agents in Brazil

Eduardo Gomes Machado*

Resumo

O artigo discute a importância do planejamento urbano no país, descrevendo sua evolução através de três matrizes: modernista/funcionalista, estratégica de mercado e participativa/crítica. Reflete sobre a questão urbana, em suas múltiplas dimensões e a importância da atuação multiprofissional para o seu enfrentamento. Ao mesmo tempo, apresenta os conceitos de habitus e de campo como instrumentos para a análise crítica dos agentes urbanos na contemporaneidade brasileira.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Agentes urbanos. Habitus. Campo.

Abstract

This paper discusses the importance of urban planning in the Brazil describing its evolution through three thoughts: modernist/functionalism, market strategy and participative/criticism. It work reflects about the urban point over various views and the importance of multiple-professional performance to order face it. It presents too the conceptions of customs and field as tools to critic analytical of urban agents in the Brazilian coevally.

Keywords: Urban planning. Urban agents. Custom. Field.

Introdução

As cidades são produzidas socialmente por agentes urbanos através de processos e dinâmicas de produção, de apropriação e de consumo do espaço, incluídas partilhas e usufrutos dos valores materiais e imateriais que constituem as diferentes localizações socioespaciais. No contexto de sociedades classistas, contradições e conflitos (re)produzem desigualdades e segregações socioespaciais, fundando o que se denomina questão urbana. A questão urbana desdobra-se em

diferentes setores/áreas (habitação, saneamento e transporte e mobilidade, por exemplo), atinge diferencialmente as variadas classes, grupos e segmentos sociais e articula-se em processos sociais e em formas espaciais vinculados à ocupação, uso, acesso, posse e propriedade da terra urbana. Há formas distintas de explicar, representar e enfrentar a questão urbana, o que se concretiza na existência de diferentes saberes e práticas no planejamento urbano.

Todos esses processos, dinâmicas e contradições são perceptíveis na sociedade brasileira,

* Professor da Universidade de Fortaleza – Unifor, vinculado aos cursos de Direito e de Sociologia e Política. Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará.

que vivenciou um rápido, intenso e desigual processo de urbanização, constatado pelo fato de que se em 1940 a população urbana brasileira correspondia a 26,3% do total, 18,8 milhões de habitantes, em 2000 ela já representava 81,2%, aproximadamente 138 milhões de pessoas. (SILVEIRA, 2003, p.32; MARICATO, 2001, p.16). Por si só, o assentamento residencial de dezenas de milhões de pessoas e o atendimento de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, saneamento, energia, água, educação, dentre outras, já indicam a existência de grandes problemáticas a serem enfrentadas.

As cidades brasileiras desvelam uma questão urbana grave e complexa que afeta o funcionamento adequado da atividade produtiva, prejudica a qualidade de vida de seus moradores e agride o seu patrimônio ambiental, natural e arquitetônico. (SILVEIRA, 2003, p.33). A situação se agrava porque, mesmo em conjunturas históricas de crescimento econômico, aprofundam-se desigualdades, segregações e empobrecimentos econômicos, socioespaciais e culturais vinculados à exploração do trabalho e à espoliação urbana. Kowarik (1993, p.62), por exemplo, entende a espoliação urbana como o "somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo."

Essa questão urbana constitui desafios abrangentes para planejadores e gestores, movimentos, organizações, classes e grupos sociais e, particularmente, docentes, discentes e profissionais de áreas como ciência política, sociologia, arquitetura e urbanismo, geografia, economia e direito. No caso do Direito, particularmente, pode-se apontar a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade, os planos diretores participativos e a elaboração das legislações e a constituição de sistemas e de fundos públicos nas áreas de habitação, saneamento e transporte, como indícios que apontam para a necessidade da formação de profissionais que possam intervir de forma qualificada nesse campo.

Trata-se de um cenário onde adquire complexidade e relevância o questionamento sobre o planejamento urbano. Quais as potencialidades, as restrições e contradições inscritas nessa atividade-processo? Os saberes e práticas gestados no planejamento urbano vinculam-se aos processos de produção social do espaço urbano? Mais do que isto, quem são os agentes urbanos, como interagem

e como são definidas socialmente suas ações e posturas sociais?

Este artigo participa do debate sobre o planejamento e os agentes urbanos no Brasil contemporâneo. Caracteriza matrizes vinculadas à emergência e evolução de intervenções urbanas planejadas no Brasil: a) modernista/funcionalista, b) estratégica de mercado e/ou pós-modernista e c) participativa/crítica.¹ A matriz é considerada, preliminarmente, um conjunto coerente de referências ético-políticas, articulando valores, concepções e idéias e constituindo formas específicas de pensar, sentir, representar e intervir na realidade socioespacial. Uma melhor compreensão dessas questões é buscada através de um diálogo com os conceitos de *habitus* e de *campo*, desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ao final, algumas hipóteses são apresentadas, representando, mais do que conclusões, caminhos para o aprofundamento de estudos e o desenvolvimento dessas hipóteses, ou seu abandono, conforme o caso.

1 Matrizes de planejamento urbano no Brasil

No Brasil, o planejamento enquanto atividade político-institucional fortalece-se a partir da década de 1930, evidenciando que a intervenção do Estado busca equacionar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e criar as condições gerais necessárias à (re)produção dessa sociedade. A Revolução de 1930 cria condições para o desenvolvimento do Estado como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. (IANNI, 1977, p.13). Nas décadas seguintes, ele assume funções e papéis cada vez mais amplos e o planejamento torna-se a forma de intervenção privilegiada no campo público.

A partir dos anos 1970, e no contexto da crise e da reestruturação contemporânea do capital, o planejamento perde espaço em detrimento da gestão. Este deslocamento teórico e político, porém, não assume sentido absoluto. Ao contrário, a realidade socioespacial é demarcada também por tendências opostas, indícios de visões e projetos em disputa na sociedade, que fortalecem a importância social e política da legislação, das políticas, do planejamento e da gestão urbana. Este capítulo apresenta uma

¹ Diferentes autores trabalham com classificações e caracterizações diversas de planejamento urbano e não é propósito deste artigo discutir a pertinência dessas classificações e caracterizações. Avalia-se que a classificação proposta atende os objetivos de problematização inscritos no artigo.

evolução do planejamento urbano no Brasil através de três matrizes que influenciam diferentemente os agentes que intervêm na produção social do espaço urbano.

1.1 Modernista e/ou funcionalista

As concepções modernistas/funcionalistas no âmbito do planejamento e das reformas urbanas conheceram uma longa evolução entre os séculos XIX e XX, porém seu apogeu histórico situa-se entre o final da segunda guerra mundial e princípios da década de 1970. Efetuam a passagem da imagem da cidade enquanto desordem para a cidade enquanto ordem social e progresso, centro irradiador do processo civilizatório. No caso brasileiro, assumindo centralidade nos processos de constituição da identidade nacional e de formação da nação. Linda Gondim (2007, p.35) indica como:

[...] a cidade moderna, constituída no século XIX, não foi produzida apenas na dimensão material, como resultado da atuação de forças políticas e socioeconômicas, por vezes traduzidas em grandes projetos urbanísticos. Houve, concomitantemente, uma produção simbólica, que constituía e expressava a nova sensibilidade estética e a sociabilidade característica do espaço público definido na modernidade [...].

Outra idéia força é a racionalização da vida social associada à perspectiva de controle social, evidenciando a modernidade como sociedade disciplinar e a constituição efetiva de uma ordem social, demarcada por valores morais e estéticos específicos. Maricato (2002, p.126) indica:

Do modernismo, esse planejamento urbano ganhou a herança positivista, a crença no progresso linear, no discurso universal, no enfoque holístico. Da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social, e um mercado de massas [...] atribuía ao Estado o papel de portador da racionalidade, que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego (regulamentando o trabalho, promovendo políticas sociais), bem como asseguraria o desenvolvimento econômico e social [...].

Nessa perspectiva, o planejamento é entendido como atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial para a “cidade ideal”, preocupado essencialmente com fatores como o traçado urbanístico, as densidades de ocupação, a racionalização dos fluxos e o uso do solo. O Estado passa a deter caráter regulatório, ou seja, deve controlar a expansão urbana, a ocupação e o uso da

terra, concentrando-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada. (SOUZA, 2002, p.123-124; HARVEY, 1993, p.69).

Alguns autores não distinguem entre planejamento modernista e funcionalista, ou compreendem a existência de um planejamento influenciado pelo modernismo enquanto movimento cultural e regulado por princípios funcionalistas. De qualquer forma, o funcionalismo vincula-se à constituição de uma ordem socioeconômica pautada pela produção e consumo de mercadorias em larga escala, por um outro patamar de articulação entre as classes sociais, onde se destacam a influência sociopolítica de “modelos” de organização e de gestão do trabalho pautados pelo taylorismo e pelo fordismo, e por uma visão organicista de sociedade. O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 foi um marco na constituição e difusão desse planejamento:

[...] a consolidação do urbanismo e do planejamento urbano modernistas, orientados pelos princípios da separação das funções da cidade (habitar, trabalhar, recrear-se e circular), definidas no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 (Carta de Atenas). Coerente com o ideal de busca da racionalidade em termos econômicos e sociais, esse planejamento propugnava a intervenção do poder público por meio de instrumentos legais, com destaque para o zoneamento, visando ao controle da ocupação e do uso do solo urbano. A intervenção estatal direta ocorria mediante a provisão de infra-estrutura e concessão de subsídios que permitiam, nos países capitalistas maduros, o acesso à habitação e aos serviços urbanos para a maioria da população. (GONDIM, 2007, p.72).

Souza (2002, p.128-129) indica que, sob o ângulo político, embora o modernismo tenha revelado preocupações “sociais”, “a perspectiva era a de um disciplinamento e uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora nos marcos do capitalismo.” Na Inglaterra, destacou-se “uma profunda preocupação, expressa repetidas vezes nas leis, com a racionalização dos padrões espaciais e dos sistemas de circulação para promover a igualdade (ao menos de oportunidade), o bem-estar e o crescimento econômico.” (HARVEY, 1993, p.71). Nos Estados Unidos ocorreu uma suburbanização rápida e pouco controlada “desenvolvida por particulares, mas pesadamente subsidiada por sistemas de habitação mantidos com recursos do governo e por investimentos públicos

diretos na construção de estradas e em outras infra-estruturas.” (HARVEY, 1993, p.71-72). As reformas urbanas neste país se apoiaram na “produção em massa, nos sistemas de construção industrializada” e em “um espaço urbano racionalizado” ligado por “formas individualizadas de transporte através do uso de infra-estruturas fornecidas pelo Estado.” (HARVEY, 1993, p.72).

No caso dos países da periferia capitalista “esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado apenas a uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal.” (MARICATO, 2002, p.123). Mais do que isto, nesses países o planejamento urbano não esteve associado, nesse período que envolve as décadas de 1940 a 1970, à constituição de um Estado de Bem-Estar Social, à produção de um sistema de proteção social democrático, pautado por direitos. Para ter uma visualização mais concreta da evolução do planejamento urbano no país, desenvolve-se uma síntese da evolução do urbanismo/planejamento urbano e dos significados assumidos pelas reformas urbanas no país.

1.1.1 Planejamento urbano e (re)produção da ordem social

O urbanismo modernista tem como marco de entrada no país a Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816, convidada a participar da formação da Imperial Academia de Belas Artes. Na primeira metade do século XIX, os arquitetos membros da Missão Artística Francesa projetaram “o reordenamento urbano, estético e simbólico do Rio de Janeiro, dotando-o de ruas largas, praças, edifícios monumentais, eixos visuais, configurando assim, os cenários apropriados à sede de um império.” (MOURA FILHA, 2000, p.54). Tratava-se de criar espaços físicos capazes de exaltar simbolicamente o Império e suas autoridades e de “contribuir para dotar a cidade de uma estrutura urbana coerente e apropriada ao desenvolvimento das suas funções.” (MOURA FILHA, 2000, p.59).

Será, porém, no início do século XX que o sonho de “realizar o reordenamento urbano, estético e simbólico do Rio de Janeiro vai ser retomado, porém já alicerçado, no discurso do higienismo e na estética do ecletismo.” (MOURA FILHA, 2000, p.64). Nesse período, o discurso sobre a cidade é dominado por algumas idéias, formando o trinômio sanear, circular e embelezar “que iria orientar todas as propostas que visavam a melhoria do meio

urbano e a construção de uma imagem de cidade moderna”, servindo de modelo para as cidades do Brasil no final do século XIX e início do século XX. (MOURA FILHA, 2000, p.65).

No contexto de implantação dos ideais e das instituições republicanas, a cidade higienizada e bela apresentava-se como o “lugar de construção dos paradigmas da ordem moderna, baseado nas idéias de ciência, progresso e civilização.” (MOURA FILHA, 2000, p.75). A cidade é vista como o símbolo dos novos tempos, centro irradiador da civilização e, para tanto, o meio urbano precisava “atender a requisitos de higiene, estética, funcionalidade e rentabilidade, adequados à nova ordem capitalista e burguesa, que preconizava também mudanças no meio social, com a introdução de formas diferenciadas de comportamento urbano.” (MOURA FILHA, 2000, p.75). Moura Filha (2000, p.65) sintetiza como as intervenções planejadas, nesse período, visam:

[...] tornar o meio urbano salubre, combatendo o avanço das doenças e epidemias cada vez mais constantes; melhorar o sistema de circulação, cuja precariedade era um entrave para as crescentes atividades do comércio; melhorar a imagem da cidade a fim de atrair um maior número de investimentos do capital estrangeiro.

O urbanismo e a arquitetura assumem o papel de representar e exaltar a grandeza e a prosperidade da cidade, e demarcar a ordem burguesa estabelecida no espaço urbano. Já nesse período os projetos de reordenamento estético e urbanístico não se destinam às cidades como um todo, sendo aplicados somente “na construção daqueles cenários planejados para a vida cotidiana de uma elite civilizada, rejeitando toda uma outra realidade urbana, considerada incompatível com os ideais de progresso da época.” (MOURA FILHA, 2000, p.105).

Souza (2002, p.126) destaca a preocupação com a higiene e a obsessão com a ordem como pilares centrais dessa modernização, que tem o Estado como agente exclusivo e o sentido geral de constituição de racionalidades e sensibilidades adequadas à plena (re)produção da civilização burguesa. Evidencia-se uma perspectiva onde as intervenções moldam comportamentos e atitudes adequados às novas relações sociais e criam condições para a plena implantação dos usos e das funções burguesas da cidade, regulamentando “as diversas formas de utilização do espaço urbano, alterando práticas econômicas, costumes, formas de lazer e de habitar tradicionais.” (MOURA FILHA, 2000, p.106). Trata-se de fundar e consolidar a ordem burguesa no país, enfrentando as múltiplas

dimensões da questão social/urbana, gerando “habitus” que pudessem (re)produzir condições materiais, intelectuais e morais de integração do trabalhador aos novos tempos e de articulação entre as diversas classes e grupos sociais.²

A partir dos anos 1930, sob hegemonia da burguesia urbana, “a eficiência, a ciência e a técnica começam a substituir os conceitos de melhoramento e embelezamento”, mas os significados sócio-políticos descritos anteriormente permanecem. (MARICATO, 2002, p.138). O urbanismo e o planejamento hegemônicos nesse período assumem o sentido de adaptação das cidades à era industrial e, por tabela, às necessidades do capitalismo, buscando transpor a racionalidade da produção industrial fordista para o âmbito da produção do espaço urbano. A idéia central nessa perspectiva é a de modernização, onde a casa e a própria cidade são concebidas como máquinas e onde a funcionalidade é um princípio básico. Le Corbusier (*apud* SOUZA, 2002, p.126), o mais destacado nome no urbanismo modernista, afirma: “É preciso criar o estado de espírito da série. O estado de espírito de construir casas em série. O estado de espírito de residir em casas em série. O estado de espírito de conceber casas em série.”

Compreendem-se como elementos chaves nessa matriz a predominância de racionalidades/lógicas burocrático-administrativa e/ou tecnoburocrática e a compreensão do Estado como agente responsável por regular/disciplinar a ocupação, o uso e o acesso das diferentes localizações que compõem a cidade. A visão de Estado opera um reducionismo despolitizador, restringindo-o a sociedade política e assumindo um viés administrativista e tecnicista. Porém, para além dessa aparência imediata, as intervenções e/ou omissões estatais assumem o sentido histórico de fortalecimento dos processos e dinâmicas de mercantilização e de apropriação privada e capitalista da terra urbana.

Essa matriz entra em crise, internacionalmente e no país, a partir de meados dos anos 1970. Maricato (2002, p.123) destaca como “após um século e meio de vida, a matriz de planejamento

urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais”. No Brasil, no contexto das décadas de 1980 e 1990, novas matrizes de planejamento, gestão e reforma urbanas se desenvolvem. É disto que se tratará a seguir.

1.2 Estratégica de mercado ou pós-modernista

O planejamento urbano modernista/funcionalista fragilizou-se diante de outras perspectivas, inclusive de caráter empresarialista e inscritas sob a denominação de planejamento estratégico. Nesse contexto histórico, a regulação estatal cede lugar ao ajustamento frente às necessidades e interesses, inclusive imediatos, do mercado e do capital, revelando tendências contemporâneas de desregulamentação e redução do papel e da presença do Estado.³ Trata-se de uma perspectiva fundamentada em conceitos e técnicas advindos do planejamento empresarial, visto como inspiração em virtude da crescente concorrência e dos desafios e condições semelhantes às empresas, segundo essas concepções, enfrentados pelas cidades contemporâneas. No Brasil, um número crescente de cidades vem assumindo os pressupostos dessa perspectiva, na maior parte das vezes sem uma discussão crítica acerca dos fundamentos teóricos e dos significados sócio-políticos vinculados.⁴

Uma questão central diz respeito à competitividade urbana. Trata-se de criar as condições para competir permanentemente, frente outras cidades, pelos investimentos de capital, tecnologia e competências, atração de novas indústrias e negócios, preço e qualidade dos produtos e serviços e atração de consumidores e de força de trabalho qualificada. (VAINER, 2002). Essas tendências de intervenção têm se apropriado de visões pós-modernas, passando a ter a cultura e o marketing como elementos centrais na estratégia de construção das condições, materiais e imateriais, de competitividade.

² O conceito de habitus indica um conjunto de padrões adquiridos de pensamento, comportamento, gosto, etc., considerados como elo entre as estruturas sociais abstratas e a prática ou ação social concreta.

³ Esse enfoque estratégico associa-se, em grande número de casos, a uma perspectiva funcional à reestruturação contemporânea do capital. Para aprofundar a reflexão acerca de perspectivas conservadoras e progressistas inscritas sob o rótulo de planejamento estratégico indicamos Souza (2002). Ressalte-se que essa matriz incorpora perspectivas que podem ser consideradas de esquerda como, por exemplo, aquelas vinculadas às reflexões de Carlos Matus.

⁴ Essa proposta é divulgada internacionalmente por um conjunto de instituições ou agências multilaterais e de consultores privados, tendo a cidade de Barcelona como o principal exemplo internacional e, no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Em nosso país, um dos marcos da difusão dessa vertente de planejamento estratégico ocorre com a chegada da missão catalã ao Rio de Janeiro, em maio de 1993, convidada pelo Prefeito César Maia. (LEAL, 2001).

1.2.1 A cidade mercadoria e a estratégia pós-moderna

Vainer (2002) indica como o discurso hegemônico dessa matriz articula um projeto de cidade, onde esta é pressuposta e/ou comparada a uma mercadoria, uma empresa e uma pátria. (VAINER, 2002, p.78).

As intervenções urbanas vinculam-se à concepção da cidade enquanto mercadoria a ser vendida em um mercado competitivo, onde outras cidades também estão à venda. Disso deriva que as reformas urbanas devem criar ou explicitar as condições materiais e/ou imateriais que tornem essa cidade competitiva no mercado internacional. Trata-se de disponibilizar, através de reformas urbanas, os atributos infra-estruturais e simbólicos que constituem a cidade enquanto valor de uso para agentes vinculados ao grande capital, ao mercado internacional, a visitantes e usuários com poder de consumo. No discurso dominante, “a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional”, tais como espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, torres de comunicação e comércio, segurança, sistemas de transporte e comunicação, dentre outros. (VAINER, 2002, p.79).

Linda Gondim (2007) se refere a uma abordagem pós-moderna no campo do planejamento e da gestão urbana, indicando dimensões e aspectos que desvelam tendências importantes no atual contexto histórico:

[...] a partir das últimas décadas do século XX procura-se deliberadamente produzir imagens positivas das cidades, por intermédio de políticas culturais e da requalificação de áreas históricas, como estratégia para se reverter sua decadência econômica [...] o espaço passa a ser fonte de lucro, em decorrência não só das benfeitorias que valorizam o solo urbano, como do consumo, mediante atividades de turismo e lazer, de imagens associadas a novas formas espaciais resultantes dos projetos de requalificação. (GONDIM, 2007, p. 40).

Ao assumir a imagem da cidade enquanto mercadoria é necessário perceber que, na maioria dos casos, não é a cidade que é vendida, em sua materialidade e concretude histórica, mas locais específicos da cidade, imagens construídas através da publicidade e da mídia, capazes de fortalecer uma identidade específica, positiva, ocultando contradições, conflitos, dimensões negativas. Nessa perspectiva, o “plano estratégico assume a

fragmentação na abordagem da cidade, priorizando as localizações com mais potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica.” (MARICATO, 2002, p.69). Gondim (2007, p.83) indica como a estratégia pós-moderna nas intervenções urbanas se vincula à “produção de novos espaços com ênfase em qualidades estéticas e sua apropriação ou uso por grupos sociais supostamente heterogêneos, incluindo turistas.” Além disso, também se observa uma “mudança na escala dos planos: a pretensão à visão global compreensiva dá lugar a um planejamento mais contextualizado, voltado para bairros ou setores específicos da cidade.” (GONDIM, 2007, p.83).

Gondim (2007, p.86-87) ressalta como na produção, no planejamento e na gestão da cidade a cultura “via patrimônio, arquitetura e políticas culturais passa a ser usada como instrumento para produzir ou reforçar imagens das cidades, tendo em vista incrementar o consumo turístico ou o lazer de seus próprios habitantes”. Desta forma, um elemento central nessa estratégia é a centralidade econômica dada ao setor de serviços ligados ao turismo e ao lazer:

A cultura passa a ser usada, explicitamente, para promover a imagem da cidade, mas seu papel não se esgota na dimensão estritamente simbólica, pois as atividades culturais são utilizadas para criar espaços urbanos. A construção ou reforma de equipamentos culturais se torna catalisadora de um processo mais amplo de renovação de centros e bairros, ou mesmo de setores inteiros da cidade. Muda tudo: não só a paisagem, como os usos e o perfil dos usuários. Nesse processo, o espaço transforma-se também num bem consumível: além de ser um local de atividades de lazer, torna-se um objeto de consumo visual das qualidades estéticas de sua paisagem ou de sua arquitetura. (GONDIM, 2007, p.85-86).

Nessa perspectiva, Gondim (2007, p.87) indica como essa estratégia vêm produzindo dois tipos básicos de espaços urbanos:

Espaços de habitação, trabalho, consumo e lazer totalizantes concebidos como ‘enclaves fortificados’, muitas vezes redirecionando o crescimento metropolitano e criando subcentros nos subúrbios (shopping centers, condomínios ou ruas fechadas, centros empresariais e parques temáticos); Áreas centrais e frentes marítimas ou fluviais requalificadas por intermédio de projetos de preservação histórica, aliados a políticas culturais. (GONDIM, 2007, p.87).

Essa abordagem “pós-moderna” é perceptível em um movimento surgido nos Estados Unidos entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, denominado *New Urbanism*:

Em seu primeiro encontro, realizado em Chicago, em 1993, foi criada a organização 'Congress for the New Urbanism' e apresentado o documento que sintetiza seus princípios. Entre estes, vale destacar: a importância concedida à diversificação de usos e de população dos bairros; a concepção de espaços públicos como elementos 'fisicamente definidos e universalmente acessíveis' que deveriam formar as cidades; e a idéia de que a arquitetura, o paisagismo e o desenho urbano deveriam 'celebrar' a história, o clima, a ecologia e as práticas construtivas locais [...]. (GONDIM, 2007, p.81).

Souza (*apud* GONDIM, 2007, p.81-82) assinala o caráter basicamente conservador do *New Urbanism*, o qual rompe com os ideais e a estética da arquitetura e do urbanismo modernistas, mas alia-se a interesses empresariais com vistas a um planejamento de escopo limitado e com reduzida participação popular. Gondim (2007, p.88) destaca outros impactos negativos dessas vertentes pós-modernas, ressaltando, por exemplo, como a "rígida definição de fronteiras espaciais" inibe o contacto entre as pessoas pertencentes a distintas classes, grupos e segmentos sociais, revela a concentração de pessoas de uma mesma classe dentro dessas fronteiras e delimita um "espaço total, um mundo completo, um tipo de cidade em miniatura". Desta forma, ao mesmo tempo "em que se constroem cidadelas para os ricos e a classe média, o processo de totalização atinge também os pobres, em decorrência da multiplicação de favelas, guetos ou enclaves étnicos." (GONDIM, 2007, p.88).

Na perspectiva estratégica pensar a cidade como empresa significa, essencialmente, "concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações." (VAINER, 2002). Desta forma, "agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado." (VAINER, 2002). Desta forma, a cidade é pensada e sentida como um sujeito abstrato e genérico, constituindo uma homogeneidade que não corresponde às estratificações sociais existentes. Esse sujeito abstrato e homogêneo, além de ocultar indivíduos, grupos e classes sociais que não se adequam ou inserem na lógica dominante, deve agir como uma empresa, direcionando seus esforços e tendo como parâmetros o mercado, a eficiência, a lucratividade.

Dessas concepções centrais, decorre a afirmação de quem são os agentes estratégicos nessa visão. Tratam-se de classes e segmentos

sociais relevantes para este projeto de cidade, ou seja, estratégicos dentro dessa concepção de afirmação do mercado e da competitividade. Dito de outra forma, os segmentos e classes sociais que não tem acesso ao mercado, incapazes de fortalecer a competitividade urbana, não são relevantes para o planejamento, gestão e reforma do espaço urbano. (VAINER, 2002, p.87). O sentido geral da mudança é profundo e deve ser percebido em suas conseqüências ético-políticas:

[...] a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito / ator econômico [...] e, mais especificamente, num sujeito / ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (VAINER, 2002, p.89).

Nesse processo, os "segmentos de escassa relevância estratégica" são alijados da participação no planejamento e na gestão, podendo-se falar em uma passagem "do despotismo tecnoburocrático com pretensões racionalistas para a ditadura gerencial com pretensões a produtivizar a cidade e os cidadãos." (VAINER, 2002, p.90). Aqui se pode efetuar a análise crítica da terceira analogia, a da cidade enquanto pátria:

A instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto polis. Afinal, como lembrava Marx, na porta das empresas, dos laboratórios secretos da produção capitalista está escrito: '*No admittance except on business*' [...] Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei. (VAINER, 2002, p.91).

Surge a seguinte questão política: como criar condições de legitimidade em um projeto que reduz tão radicalmente o espaço público, que nega a politização da sociedade? A estratégia utilizada é a da produção permanente do consenso, o consenso como princípio e fim, onde o discurso trata a cidade como uma unidade: "a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita", aceitando-

se como natural a instauração da cidade como sujeito simples, coeso, sem qualificação. (VAINER, 2002, p.91). Apesar das críticas, os defensores dessa matriz assumem a perspectiva de que o planejamento urbano teria a capacidade de produzir uma “pátria reconciliada”, ao ser situado em uma “confluência mágica” de interesses comuns, acima das contradições e desigualdades estruturais, dos partidos e das paixões políticas, do debate acerca das visões ideológicas, dos projetos de sociedade e das prioridades nacionais ou locais. (VAINER, 2002). Na prática, a utopia da pólis enquanto espaço de encontro e confronto dos cidadãos é negada pelo pragmatismo da city, espaço, objeto e sujeito de negócios. Nessa crítica, a “participação proposta se funda na negação da cidadania: consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente está condenado a ver desaparecer o espaço e a condição de uma cidadania desde sempre contestada no projeto moderno.” (VAINER, 2002, p.101).

Parte-se do pressuposto, a ser aceito por todos, de que a cidade-mercadoria e a cidade-empresa indicam os eixos estratégicos a serem seguidos, independentemente de posição, classe, opção política, etc. Maricato (2002, p.60) indica como a participação nessa vertente, “implica em subordinar os interesses de muitos aos interesses hegemônicos: unidade para salvar a cidade e levá-la a uma vitória sobre as demais que competem pelos mesmos investimentos.” Vainer (2002, p.98-101) destaca como o “planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local.” Gondim (2007, p.89-90) também analisa criticamente essa vertente de planejamento, indicando como uma consequência central dessa forma de planejar, produzir e gerir as cidades, a aniquilação do espaço público. Porém, ressalta contradições e potencialidades inscritas nesse contexto histórico, ao destacar que o “reconhecimento da corrosão do espaço público e de suas consequências negativas para o exercício da cidadania não deve levar a conclusões deterministas, como as que permeiam muitas análises do planejamento urbano na contemporaneidade.” (GONDIM, 2007, p.93).

Nessa concepção de planejamento urbano vivencia-se a predominância de racionalidades e sensibilidades promotoras da estruturação e da apropriação da cidade em diferentes localizações, cada uma das quais deve ser organizada de forma a tornar-se rentável. Um pequeno exemplo, para ilustrar essa racionalidade, refere-se à “disputa” entre estacionamentos empresariais, flanelinhas e “azuizinhos”, na cidade de Fortaleza, pela posse

ou propriedade de diferentes pontos/vagas e consequente extração de rendimentos cotidianos e permanentes.

Porém, deve-se reconhecer que a vertente do planejamento estratégico, ou as abordagens pós-modernas de planejamento e gestão urbana, não são as únicas em disputa nas cidades. Há outras matrizes, das quais será destacada a seguir aquela denominada participativa crítica.

1.3 Participativa crítica

O que se entende por um planejamento urbano participativo e crítico? Hipoteticamente vincula-se à participação popular e a transformações socioespaciais articuladas a um projeto de sociedade, de economia e de país distinto dos atualmente existentes, que reproduzem desigualdades socioespaciais em uma lógica de mercantilização da vida e do planeta, alienação social e exploração econômica. Souza (2002, p.4) ressalta como a constituição dessa matriz implicaria, além da superação cultural de vícios ou resquícios tecnocráticos e concepções estadocêntricas, a participação efetiva, entendida como capacidade dos cidadãos em definir os conteúdos dos fins, objetivos e metas do planejamento urbano. O que implica, por exemplo, a problematização do papel dos gestores/intelectuais que, no limite, deveriam esclarecer quanto aos meios disponíveis e contribuir para a discussão crítica dos fins, e não assumir o lugar dos cidadãos no que diz respeito à tomada de decisões e à escolha das prioridades.

Souza (2002, p.37-40) destaca posturas ou dimensões essenciais inscritas em uma perspectiva participativa e crítica de planejamento urbano: a) valorização crítica e simultânea das dimensões política e técnico-científica; b) domínio e recriação dos instrumentos disponíveis; c) crítica à racionalidade instrumental, através da problematização permanente do sentido da intervenção e dos fins buscados; d) problematização do sentido da participação popular; e) contextualização do planejamento e da gestão urbanos no contexto interdisciplinar da produção teórica do conjunto das ciências sociais e da atuação conjunta de profissionais de várias áreas e especialidades; f) Respeito à memória coletiva, aos saberes locais e aos mundos da vida dos homens e mulheres concretos.

1.3.1 Participação popular e lutas pela reforma urbana

A partir dos anos 1980, surgem no país diversas experiências de planejamento e gestão urbanas participativas, vinculadas ao ideário da

Reforma Urbana. É nessa década que amadurece uma concepção progressista de reforma urbana, que poderia ser caracterizada como “um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades.” (SOUZA, 2002, p.158). Essa visão distingue-se de reformas conservadoras, que se limitam a intervenções preocupadas com a funcionalidade, a estética e a criação e manutenção de uma ordem urbana estável atrelada ao *status quo*.

Cardoso (2000, p.04) indica três referências ético-políticas vinculadas ao ideário da Reforma Urbana no Brasil:

Assegurar um conjunto de direitos para garantir o acesso à moradia, infra-estrutura e serviços urbanos.

Submeter a propriedade à sua função social, fortalecendo a **regulação pública do uso da terra (solo, subsolo e infra-estruturas)**, de modo que a prática privada e pública do direito de propriedade não prejudique o interesse coletivo.

Garantir o **direito à cidade**, através da adoção de uma política redistributiva que inverta prioridades relativas aos investimentos públicos e se traduza na garantia de acesso de toda a população aos benefícios da urbanização. (Grifou-se).

Da reforma urbana entendida enquanto ideário, ou seja, conjunto articulado de conceitos, concepções, propostas vinculados a um conjunto de agentes políticos organizados e unificados, desenvolve-se, também na década de 1980, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que teria atuação política importante, inclusive no que diz respeito à conquista de uma institucionalidade que modificará a regulação estatal urbana através da Constituição de 1988, artigos 182 e 183, e do Estatuto da Cidade. Os segmentos sociais articulados no MNRU – pesquisadores e professores universitários, técnicos, movimentos, organizações e lideranças sociais e populares – terão também atuação destacada no âmbito do poder local, no que diz respeito, por exemplo, aos Planos Diretores, aos Orçamentos Participativos e à Economia Popular. (SOUZA, 2002).

Essas lutas pela reforma urbana indicam a centralidade de outros agentes urbanos, para além do Estado e das classes proprietárias/dominantes, expondo uma visão de planejamento enquanto atividade a ser desenvolvida não somente por

técnicos e burocratas estatais, ou por consultores privados, mas por classes e grupos sociais oprimidos, percebidos como capazes de escolher prioridades, tomar decisões, gerar projetos alternativos de cidades e de sociedades, conquistar direitos sociais, promover a politização das cidades e a humanização do urbano. (SOUZA, 2002, p.193).

Porém, apesar da relevância do Movimento Nacional da Reforma Urbana, esse movimento social, na avaliação de Souza (2002) estaria, atualmente, em uma encruzilhada, na medida em que teria deslocado sua atuação em direção ao que denomina “tecnocratismo de esquerda”. Uma intervenção que acredita, ingenuamente, na possibilidade de transformações estruturais significativas nas cidades através da conquista de instrumentos jurídico-institucionais e da aquisição de aparatos técnico-burocráticos. Não se problematizaria, nessa perspectiva, a inserção do planejamento e da gestão em relações sociais, em contextos históricos conjunturais marcados por correlações de força e projetos políticos concretos, em estruturas econômicas e culturais que impõem condicionantes e limites à intervenção planejada. Mais do que isto, essa matriz parece não ter gerado elementos para uma crítica histórica das articulações produzidas entre as racionalidades/lógicas burocrático-administrativa e/ou tecnoburocrática e de mercantilização e apropriação privada da terra urbana. Pode-se falar em uma racionalidade/lógica democrático-participativa? Se sim, quais suas características e como se defrontará com as racionalidades/lógicas anteriormente indicadas?

2 Habitus, campo e agentes urbanos

A percepção da existência de matrizes de planejamento urbano no Brasil, e sua descrição, não é suficiente para fundamentar uma análise crítica das ações e interações dos agentes urbanos no país. Como são fundadas e difundidas essas matrizes? O que explica suas incorporações por diferentes agentes? E, nessa perspectiva, quais as potencialidades de transformação social inscritas no campo do planejamento urbano no Brasil contemporâneo? A discussão que se restringe às matrizes de planejamento urbano não consegue dar resposta a essas questões. É preciso buscar outros instrumentos e referências analíticas. Nesse percurso, desenvolve-se uma apresentação preliminar dos conceitos de *habitus* e de *campo*, desenvolvidos por Pierre Bourdieu (2004). Trata-se de problematizar as lutas e os agentes sociais

em interação na produção, material e imaterial, da cidade, compreendendo os processos sociais para além de reducionismos discursivos e vertentes mecanicistas ou voluntaristas de análise dos saberes e das práticas socioespaciais.

A partir de Pierre Bourdieu (2004, p.158), pode-se indicar como o *habitus* evidencia a existência de “estruturas cognitivas e avaliatórias” ou, dito de outra forma, de “esquemas de percepção, apreciação e produção de práticas sociais”, adquiridas pelos agentes sociais através da “experiência durável de uma posição do mundo social.” Entendendo que o *habitus* origina-se em experiências vivenciadas por agentes que têm uma posição social reiterada no mundo, é a noção de campo que permite articular “experiência” e “posição social” na visão desse autor. Os campos são definidos por Bourdieu (2004, p.83) enquanto “universos sociais relativamente autônomos”, nos quais “profissionais da produção simbólica enfrentam-se em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social.”

Pode-se falar na existência de um campo do planejamento urbano? Quais seus limites e características? Podem ser entendidas as matrizes enquanto conjuntos coerentes de valores, saberes e práticas que participam das disputas cognitivas e epistemológicas relativas à legitimação de formas diversas de compreensão, representação e intervenção no mundo urbano? Vasconcellos (2002, p.80) indica como cada campo “possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social.” Thiry-Cherques (2006, p.35) interpreta a noção de campo em Bourdieu:

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um ‘campo de forças’, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um ‘campo de lutas’, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.

As articulações entre campo e *habitus* pretendem romper com perspectivas analíticas que assumem imposições mecânicas das estruturas sobre os indivíduos, determinando suas ações sociais. É neste momento que entra em cena o conceito de *habitus*, entendido como “sistemas de disposições” socialmente constituídas. Thiry-Cherques (2006, p.33) indica:

As disposições não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem

ser fortes ou fracas [...]. São adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Portadoras da história individual e coletiva, são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude ‘natural’ de nos conduzirmos em um determinado meio.

Bourdieu (2004, p.41-42) ressalta a compreensão de que os agentes sociais, no caso aqui indicado os agentes urbanos, não são “partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob a pressão de causas, nem tampouco sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa.” É o próprio Bourdieu (2001, p.167), ao desenvolver a noção de *habitus* pensando sobre sua função na realidade social, que nos dá pistas para uma compreensão metodológica do agente social enquanto estruturalmente situado, mas nem por isso reduzido a determinações mecanicistas, ou voluntaristas, em suas ações:

Eis precisamente a função da noção de *habitus* que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investindo na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada. (BOURDIEU, 2001, p.167).

Nessa perspectiva, o *habitus* articula “um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.” (BOURDIEU, 2004, p.42). Um senso ou razão prática (*habitus*) que, na análise de Thiry-Cherques (2006, p.33) abrange diferentes dimensões do ser humano, desvelando uma percepção complexa das ações sociais:

O *habitus* constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente. É composto: pelo *ethos*, os valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); pelo *hêxis*, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas,

expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida [...]; e pelo *eidos*, um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade [...] que é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos [...].

Nessa perspectiva, para Bourdieu (2004, p.43) os agentes sociais que têm o sentido do jogo “incorporaram uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação” que funcionam como “instrumentos de construção da realidade” e “como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem”.

Considerações finais

A partir do final dos anos 1970, e no contexto da hegemonia das políticas e ideologias neoliberais o conceito e a atividade de planejamento são questionados, enquanto o termo gestão se fortalece. (SOUZA, 2002, p.46). Essa tendência articula-se ao predomínio de concepções de Estado e de gestão pública influenciadas por vertentes mercadológicas⁵. Outras tendências evidenciam a presença de classes e grupos sociais historicamente excluídos das políticas e do planejamento urbano, conformando distintas referências ético-políticas, saberes e práticas e caracterizando um campo do planejamento urbano em transição.

As perspectivas de planejamento urbano anteriormente expostas podem ser caracterizadas como matrizes? Essas matrizes vinculam-se à gênese e reprodução de racionalidades e sensibilidades que estruturam as relações e as práticas socioespaciais, e suas mutações interferem na produção social do espaço urbano? É possível, e como, articular esta noção aos conceitos de campo e de *habitus*?

Uma primeira hipótese neste artigo é a da existência de um campo perpassado por diferentes matrizes que tendem a gerar *habitus* diversos. Uma segunda hipótese é a de campo em transição, uma transição que atingiria a *doxa* (o senso comum) e o *nomos* (as leis gerais) do campo. A *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não, e o *nomos* congrega as leis gerais, invariantes, de funcionamento do campo. (THIRY-CHERQUES, 2006, p.36-37).

Além dessas hipóteses, pode-se apontar uma questão teórica a ser aprofundada: a idéia de que Bourdieu parece se referir à existência, em cada campo, de apenas um *habitus* específico, capaz de incorporar a lógica desse campo. Bourdieu (2001, p.21), refletindo sobre a articulação entre campo e *habitus*, indica como a “lógica específica de um campo se institui em estado incorporado sob a forma de um *habitus* específico, ou melhor, de um sentido do jogo”. Thiry-Cherques (2006, p.33-35), indica que todo campo “se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*.” São interrogações apenas esboçadas e não serão respondidas neste artigo. Mais importante neste momento, de pesquisas em curso, é gerar referências que estimulem caminhos para investigação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. *O cenário da vida urbana*. João Pessoa: UFPB, 2000.
- OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 45-65.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

⁵ Para um aprofundamento dessa discussão indicamos Souza (2002) e Vainer (2001).

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SOUSA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*, Rio de Janeiro v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 66-88.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 78, p.77-87, abr. 2002.